

**13 de maio: História de um feriado lisboeta
e da memória de Pombal na capital portuguesa**
**13 May: History of a Lisbon public holiday
and the memory of Pombal in the Portuguese capital**

PAULO ALMEIDA FERNANDES¹

Resumo: Mais de dois séculos e meio após o terramoto de 1755, Sebastião José de Carvalho e Melo é um nome ainda indissociável da História da capital portuguesa. Poucos lisboetas saberão, contudo, que a data do seu nascimento (13 de maio) foi já feriado municipal. Quando tal sucedeu, em 1926, por decisão do executivo autárquico, a figura do Marquês de Pombal era objeto de culto político desde os primeiros tempos da monarquia constitucional e, no momento de eleger a data do feriado municipal, a Câmara escolheu aquele que era considerado o «reedificador de Lisboa». Esta opção foi apenas uma de várias iniciativas municipais que culminavam num espírito Oitocentista fortemente relacionado com Pombal. Ao longo de praticamente 100 anos e percorrendo três regimes, o Marquês foi uma figura considerada heroica e unificadora de uma ideia de Portugal. 1926 foi um ano-destino dessa reverência histórica ao ministro de D. José, um momento tão decisivo como efémero na gestão da memória pública desta controversa figura.

Palavras-Chaves: Marquês de Pombal; memória pública; 13 de maio; culto político.

Abstract: More than two and a half centuries after the 1755 earthquake, Sebastião José de Carvalho e Melo is a name still indissociable from the history of the Portuguese capital. Few Lisboners will know, however, that the date of his birth (May 13th) was once a municipal holiday. When this happened, in 1926, by decision of the City Council, the figure of the Marquis of Pombal had been the object of political worship since the early days of the constitutional monarchy and, when it came to electing the date for the municipal holiday, the City Council chose the man who was considered the «rebuilder of Lisbon». This option was only one of several municipal initiatives that culminated in an 19th century spirit strongly related to Pombal. Over 100 years and spanning three different regimes, the Marquis was considered to be a heroic figure and one who unified an idea of Portugal. 1926 was a destiny-year for such historical reverence to the minister of King José, a moment as decisive as it was ephemeral in the management of this controversial figure's public memory.

Keywords: Marquis of Pombal; public memory; May 13th; political worship.

¹ Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa; Centro de Estudos em Arqueologia, Artes e Ciências do Património, Universidade de Coimbra; Museu de Lisboa, Portugal. Agradeço os contributos de Eunice Relvas, Henrique Carvalho, José Avelar, Maria de Lurdes Batista e Maria de Lurdes Garcia. ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0002-2572-2072>.

1. O feriado municipal de 13 de maio

Na sessão de Câmara de 11 de março de 1926, por proposta de António Rodrigues de Almeida Santos, 2.º secretário do executivo municipal de Lisboa, foi aprovada a data de 13 de maio como feriado municipal (*Actas...*, 1927: 151). Esta decisão foi tomada na sequência de o dia 10 de junho (data tradicional do feriado lisboeta desde 1911)² ter sido escolhido para feriado nacional.³ Urgia, portanto, que a capital do país escolhesse outro dia emblemático da sua História. A proposta foi aprovada por unanimidade, com uma adenda que pretendia corrigir o dia a comemorar: a proposta inicial, apresentada na sessão de 4 de março de 1926, elegia o 8 de maio, data do falecimento do Marquês (*Actas...*, 1927: 131),⁴ mas foi retificada para 13 de maio, dia do seu nascimento.

Não era a primeira vez que os lisboetas celebravam o 13 de maio como feriado.⁵ Um século antes, liberais e absolutistas haviam coincidido no desejo de, através da comemoração do aniversário de D. João VI (nascido a 13 de maio de 1767), reclamar os favores do monarca para as suas opostas causas. Os primeiros foram os liberais. A 10 de maio de 1822, por parecer do deputado Marino Miguel Franzini, as Cortes decidiram, por unanimidade, instituir o aniversário do monarca como feriado, destinando a data «somente á effusão dos sentimentos de amor, e respeito que a Nação Portuguesa tributa ao seu primeiro Monarca constitucional» (*Diário das Cortes*, 1822, 10 de maio: 135).⁶ No ano seguinte, após a contrarrevolução da Vila-Francada, firmou-se nova celebração do aniversário do soberano, desta vez com argumentos do lado absolutista. O regime, novamente – e efemeramente – ab-

² O dia 10 de junho, glorificador do «grande épico Luís de Camões», havia sido escolhido para feriado municipal na sessão de 27 de abril de 1911, por proposta do vereador José Mendes Nunes Loureiro datada de 12 de outubro de 1910 (Relvas, 2011: 107).

³ Decreto Lei n.º 1783, aprovado na sessão do Congresso de 25 de maio de 1925.

⁴ Na proposta apresentada pelo vereador António de Almeida Santos pode ler-se: na impossibilidade de se continuar a celebrar o dia 10 de junho, «Nenhum outro, a fazer fé pela História e salvo mais autorizada opinião, melhor que o dia 8 de Maio», dia de «merecida homenagem ao Primeiro Marquês de Pombal, Sebastião José de Carvalho e Melo, o reedificador de Lisboa». A proposta ficou sobre a mesa, para ser decidida na sessão seguinte, pois pretendia-se avaliar se era possível fazer coincidir esta data com as festas da cidade, «que se devem realizar em Maio».

⁵ Outras cerimónias relativamente recentes haviam ocorrido a 13 de maio. Em 1817, em Viena e por procuração, celebrou-se o casamento de D. Pedro IV com Maria Leopoldina de Áustria. Mais distante no tempo, mas de maior alcance simbólico, foi a cerimónia de aclamação da rainha D. Maria I, no Terreiro do Paço, em 1777, precisamente no dia de aniversário de um já ostracizado Marquês de Pombal.

⁶ A proposta de Franzini continha outros termos reveladores da tentativa dos deputados em manter o monarca do lado liberal. D. João VI foi aí referido como «amado e augusto Monarca dos Portuguezes, que não cessa de dar as mais transcendentas provas do seu decidido amor por esta heroica Nação, offerecendo á admiração da Europa o mais raro exemplo do império que em seu generoso coração exerce a voz da razão, da justiça, e da filosofia, manifestando a mais sincera adhesão ao sabio systema constitucional adoptado pela Nação, o qual para felicidade da Monarquia encontrou na augusta pessoa de S. Magestade o seu mais firme apoio e a sua gloria». Cf., também, Nunes, 1988: 117-118.

soluta, realizara nova aclamação de D. João VI, libertando-o assim da sujeição à Constituição de 1822.⁷ Nos meses seguintes, entre a legislação que pretendia recuperar o estatuto que monarca e monarquia desfrutavam antes da revolução de 1820, constou o reforço do culto pelo soberano, através da celebração nacional não apenas do seu aniversário, mas também do dia 3 de julho, que assinalava o regresso do rei a Lisboa, depois de quase década e meia no Brasil.

Em Lisboa, os festejos pelo aniversário de D. João VI foram assinalados com votos nas Cortes e com iluminações públicas. Estas foram custeadas pelo senado municipal, pelo menos em 1822 e 1824, segundo documentação que se conserva no Arquivo Municipal de Lisboa, a qual regista a despesa então efetuada.⁸ No entanto, falecido D. João VI (10 de março de 1826), a Junta da Fazenda apressou-se a declarar extinto o dia 13 de maio como feriado (Arquivo Municipal de Lisboa, «Conferência de 12 de maio de 1826», fl. 4), indo no fundo ao encontro da decisão tomada pelas Cortes em maio de 1822, a qual estipulava que nenhum aniversário de rei português fosse celebrado

sem escrutínio por parte dos deputados, uma vez que podia haver tal monarca «cujo aniversário seja um dia de calamidade publica; e por isso [...] que se declare, que quanto a estes [sucessores de D. João VI] se procederá conforme o merecerem» (*Diário das Cortes*, 1822, 10 de maio: 135, intervenção do deputado Xavier Monteiro).

Em 1926, a escolha do município para festejar o dia 13 de maio nada tinha que ver com o longínquo aniversário de D. João VI, pré-fundador do regime monárquico constitucional a que a República havia colocado termo. Escassos anos, todavia, foi a figura do Marquês de Pombal o mote para o feriado lisboeta. Em 1934, em sessão de Câmara realizada a 20 de dezembro, e por proposta de Luís Pastor de Macedo, a qual mereceu a unanimidade de votos, o feriado autárquico passou para o dia 25 de outubro, assim comemorando a data em que os conquistadores haviam entrado na cidade, conquistando-a aos muçulmanos no ano de 1147.⁹ Invocou o autor da proposta que a reconstrução de Lisboa após o terramoto de 1755 era apenas mais um momento na evo-

⁷ D. João VI foi aclamado duas vezes (no Brasil, em 1818; e em Lisboa, em 1823). Como salientaram Pedreira e Costa (2006: 305), no rescaldo da Vila-Francada, assumia-se que a Revolução Liberal de 1820 e a Constituição de 1822 haviam significado um interregno na monarquia absoluta.

⁸ Arquivo Municipal de Lisboa, *Registo da relação da despesa efetuada pelo Senado da Câmara de Lisboa com as luminárias do dia 13 de maio de 1822*, a qual consta de três itens: cera para luminárias; iluminação da fachada do senado municipal e música noturna. Dois anos depois, para festejos de quatro dias, o investimento municipal foi bastante mais reduzido, e concentrado apenas na cera para luminárias (Arquivo Municipal de Lisboa, *Registo da relação da despesa efetuada pelo Senado da Câmara de Lisboa com luminárias nos dias 10, 11, 13 e 14 de maio de 1824*).

⁹ Já a 25 de outubro de 1934, em cerimónia realizada no Largo de Santa Cruz do Castelo, Luiz Pastor de Macedo argumentou que a data devia ser «escolhida para o feriado municipal» («Uma data histórica...», 1934: 4).

lução do aglomerado urbano, mas que o dia verdadeiramente fundador da cidade cristã, a sua página de maior glória, sucedera a 25 de outubro.¹⁰ Esta proposta ia ao encontro do entendimento historiográfico dominante à época, que consagrava à conquista de 1147 um estatuto fundacional da cidade, fazendo tábua rasa de anteriores realidades urbanas no sítio de Lisboa.¹¹ Sabe-se, hoje, afinal, que aquele 25 de outubro de 1147 terá sido um dia particularmente sangrento na História da cidade, a ocasião em que parte dos cruzados conquistadores do norte da Europa — flamengos e colónienses, segundo o cruzado R., que relatou os acontecimentos — entraram livremente nas ruas da urbe islâmica que então se extinguia e, entre o saque das casas e a injúria aos seus habitantes, assassinaram, entre muitos outros, o bispo moçárabe e um conjunto de estranhos lisboetas que, ajoelhando-se aos seus pés, invocavam a Virgem Maria, coisa evidentemente

estranha numa cidade que se pensava ser habitada sobretudo por muçulmanos...

Também o dia 25 de outubro foi escassamente comemorado na cidade do século xx. A partir de 1953, e tentando interpretar o Decreto n.º 38.596, de 4 de janeiro de 1952 (o qual recomendava aos municípios que o feriado municipal coincidisse com alguma festividade local de longa tradição), o feriado lisboeta estabilizou no dia 13 de junho, tendo em consideração o «especial carácter e significado as [festas] celebradas em honra de Santo António, Grande Doutor da Igreja, natural de Lisboa».¹² A decisão não foi pacífica, pois, ainda no ano anterior, em sessão de 14 de abril, a vereação havia discutido e mantido o dia 25 de outubro como feriado autárquico, contra o parecer do presidente do município e não obstante tratar-se de uma decisão que contrariava o espírito do decreto governamental de janeiro de 1952.¹³ A decisão de manter o 25 de

¹⁰ «A reedificação de Lisboa não pode consagrar-se como a página de ouro da sua História. Essa escreveu-a Afonso Henriques, no alvorecer da Nacionalidade, quando arrancou à moirama infiel, consolidando, assim, a independência do reino nascente, a cidade que o destino fadara para ser a testemunha gloriosa dos nossos esplendores e dos nossos desânimos. [...] Do nosso primeiro rei recebeu o baptismo cristão» (*Boletim da Câmara Municipal de Lisboa*, 1934: 13).

¹¹ Este entendimento ficou bem expresso num texto que Gustavo de Matos Sequeira destinou ao livro das comemorações de 1947: «Lisboa cumpre agora oitocentos anos de idade» (Sequeira, 1947: [35]).

¹² A decisão foi tomada pela Câmara Municipal de Lisboa, em sessão realizada a 21 de maio de 1953 (Acta n.º 197). A proposta, subscrita pelo presidente Álvaro Salvação Barreto, mereceu a concordância dos vereadores, à exceção de Artur de Oliveira Ramos, que pugnou pela manutenção do dia 25 de outubro, «data que representa o facto histórico de se haver arrancado a cidade às mãos dos infiéis e tornado, assim, possível que Lisboa viesse a transformar-se em cabeça de um grande império cristão» (*Reunião da Ex.ª Câmara...*, 1953, 21 de maio: Acta n.º 197, p. 13).

¹³ *Reunião da Ex.ª Câmara*, 1952, 14 de abril: Acta n.º 184, pp. 18-21. Nesta reunião, Álvaro Salvação Barreto, à época presidente da Câmara Municipal de Lisboa, era de opinião que o feriado municipal devia coincidir com o dia 13 de junho, por duvidar de que o 25 de outubro coubesse «dentro do espírito do citado» decreto governamental de 1952. Durante a discussão, o vereador Vasco Regaleira propôs o dia 22 de janeiro, dia de São Vicente, em detrimento do dia 13 de junho.

outubro foi mesmo enviada para o governo da República, solicitando a autorização superior, mas acabou por perder sentido face às decisões tomadas no ano seguinte.

Em 1953, confrontado com nova necessidade de escolher outra data festiva do ponto de vista municipal, já o executivo camarário não ponderou comemorar o dia 13 de maio. Quase duas décadas depois das últimas grandes manifestações públicas relacionadas com o legado histórico do Marquês, a cidade encontrava outros fatores que mereciam comemoração popular, bem distintos da figura austera, providencial e despótica que Pombal representava. O culto à sua personalidade radicou numa valorização oitocentista (romântica) da História, a qual percorreu a monarquia constitucional, a 1.^a República, e chegou mesmo aos alvares do Estado Novo. No entanto, à medida que a 2.^a República progrediu, desvaneceu-se a reverência arrebatada pelo ministro todopoderoso de um rei absolutista. O ideário português ganhou outros heróis históricos e Pombal viu-se relegado para um debate controverso, cuja linhagem historiográfica vem até aos nossos dias.

2. O legado liberal e as marcas de Pombal na cidade

Durante oito anos, Lisboa comemorou o dia de nascimento do Marquês de Pombal como feriado municipal, data que diferenciava a cidade no conjunto dos municípios. À distância de um século, a escolha de Pombal como sím-

bolo identitário de Lisboa pode parecer estranha, uma vez que a figura daquele estadista se diluiu na crítica histórica mais recente (inclusive a produzida sobre Lisboa). No entanto, naquela terceira década do século XX, o secretário de Estado do rei D. José era ainda uma referência da História de Portugal, objeto de culto político e de numerosas manifestações no espaço público da capital, algumas ainda bem visíveis na cidade de hoje.

Entre as primeiras vitórias do liberalismo e a consolidação do Estado Novo – durante praticamente um século e atravessando três regimes –, o Marquês mereceu diferentes comemorações, e vários aspetos da sua personalidade ou da ação política que liderou foram usados como bandeiras de movimentos atuantes na sociedade portuguesa. A óbvia contaminação ideológica das apreciações sobre este governante tem dificultado a clareza da abordagem histórica isenta (Franco, 2009), mas é possível concluir que, entre adeptos e adversários do seu legado político, a figura de Pombal não foi indiferente no espectro ideológico da monarquia constitucional, da 1.^a República e dos alvares do Estado Novo.

O percurso dessa apropriação e celebração é também um percurso artístico, na medida em que aqueles três regimes deixaram impressos na fisionomia de Lisboa um conjunto de obras e de memórias que, ilustrando diferentes valores, provam a relevância do Marquês para o ideário daqueles ciclos.

Logo em 1833, numa fase de consolidação da Monarquia Constitucional e do regime liberal, recolocou-se no pedestal da estátua equestre do rei D. José o medalhão com a efígie do seu secretário de Estado. No projeto original, a imagem do governante, em bronze, fora destinada ao pedestal do monumento, enquadrada pelas esculturas alegóricas do *Triunfo* e da *Fama*, e abaixo da figura do monarca, no local que deveria ter sido reservado às armas nacionais, assim simbolizando que o Marquês sustentava na verdade o rei (Xavier, 2011: 12). A 24 de fevereiro de 1777, no próprio dia da morte de D. José, segundo relatou José Pedro Gramoza, algum povo juntou-se em redor do monumento, protestando contra a presença da efígie de Pombal e chegando mesmo a apedrejá-la (Gramoza, 1882: 249-250).¹⁴ No início de maio desse ano, preparando-se a cerimónia de aclamação da rainha D. Maria I (sintomaticamente marcada para o dia 13 de maio), a soberana (ou o seu marido, D. Pedro III) ordenou a retirada do medalhão e a sua substituição por uma composição com o brasão da cidade.¹⁵ A reposição da «verdade» do monumento só

ocorreu em 1833, como ficou bem assinalado por uma inscrição comemorativa do facto.

Cinco anos depois, deram-se novos passos para a revitalização da memória de Pombal. Em 1838, o desenhador e gravador Maurício do Carmo Sendim (1786-1870) executou as gravuras alusivas aos *Factos memoráveis relativos à administração do grande Marquez de Pombal* (1838-1839).¹⁶ O artista, cuja carreira começara do lado miguelista, aderiu à causa liberal na década de 30, época em que se afirmou como professor de desenho na Casa Pia e integrou a comissão para a criação da Academia de Belas-Artes de Lisboa (Mesquita, 1997: 111). Na coleção de seis gravuras que compõem a obra, a primeira composição é um ato de deliberada exaltação de Pombal, na medida em que a divindade Lísia (que o autor utilizara já em gravuras glorificadoras de D. Miguel) apresenta às quatro partes do mundo a efígie de Sebastião José de Carvalho e Melo, no mesmo momento em que a figura alegórica da Justiça ordena à História que anote os mais importantes atos públicos daquele estadista.

¹⁴ «Tres dias se conservou naquele sitio huma grande quantidade do referido Povo clamando pelo dito arranco [da efígie do Marquês], atirando-lhe com pedras, e immundicias: Do que tudo dando-se parte á Rainha D. Maria 1.ª, Determinou a mesma Senhora que se tirase o dito Busto, e que em seu logar se fixase huma tarja tãobem de Bronze com as Armas do senado» (Gramoza, 1882: 249-250). Como salientou Faria (2012: 221), este foi o único ato de verdadeiro vandalismo a que o monumento esteve sujeito durante quase dois séculos e meio de existência.

¹⁵ Milheiro (2003: 571) recuperou uma descrição dos acontecimentos: «a lamina de bronze aonde nesta se esculpia o mal encarado Marquez para que fazendo outra se possesse nella as armas da cidade que são hum navio a vella com dois corvos hum na popa outro na proa, o que tudo se fez com o maior segredo que foi possivel e para se entrar a manobra de esta se collocar extrahindose a outra do pedestal se elegeu a alta route por conta do povo que se amotinaria de gosto e succedeu isto pelos primeiros dias de Maio em que postas sentinellas nos caminhos não deixavão passar pessoa de qualidade nem carruagem alguma enquanto se estivesse de noite com a dita manobra».

¹⁶ Entre os factos memoráveis estão os seguintes: a reforma da Universidade de Coimbra; a expulsão dos Jesuítas; a reconstrução de Lisboa; a criação da Companhia Geral de Agricultura das Vinhas do Alto Douro e a inauguração da estátua equestre de D. José I.



culturais do país adeptos do liberalismo e de uma ideia de progresso personificada por Pombal.

O capítulo seguinte ocorreu em 1856, ano em que se trasladaram os restos mortais do Marquês para Lisboa. Após o falecimento do estadista, o seu túmulo havia sido colocado na igreja do Convento do Cardal, onde foi vandalizado pelas tropas francesas. Conta-se que o general Massena, ao ver as ossadas dispersas pela igreja, as terá reunido, colocado em novo túmulo e associado a seguinte inscrição: «Soldados, respeitae as cinzas do maior heroe da Europa, que, se fora vivo, nós não estaríamos aqui» (J.B., 1882: 110). O assunto da transladação dos restos mortais começou a ser veiculado

e a cerimónia realizou-se no dia 1 de junho de 1856, consumando-se a transferência das ossadas para a Igreja das Mercês, em Lisboa, conforme tinha sido vontade do próprio e como se conhece através de uma gravura de João Ribeiro Christino da Silva (1882: 112).

Fig. 1 – Maurício do Carmo Sendim (1786-1880), *Alegoria ao Marquês de Pombal: Lísia apresenta às quatro partes do mundo a efígie de Sebastião José de Carvalho e Melo* (lithografia), 1838 (Museu de Lisboa, MC.GRA.2190.02).

Cada gravura é acompanhada por uma longa explicação que contextualiza historicamente os factos e realça as qualidades excecionais do Marquês, devendo ter circulado nos meios

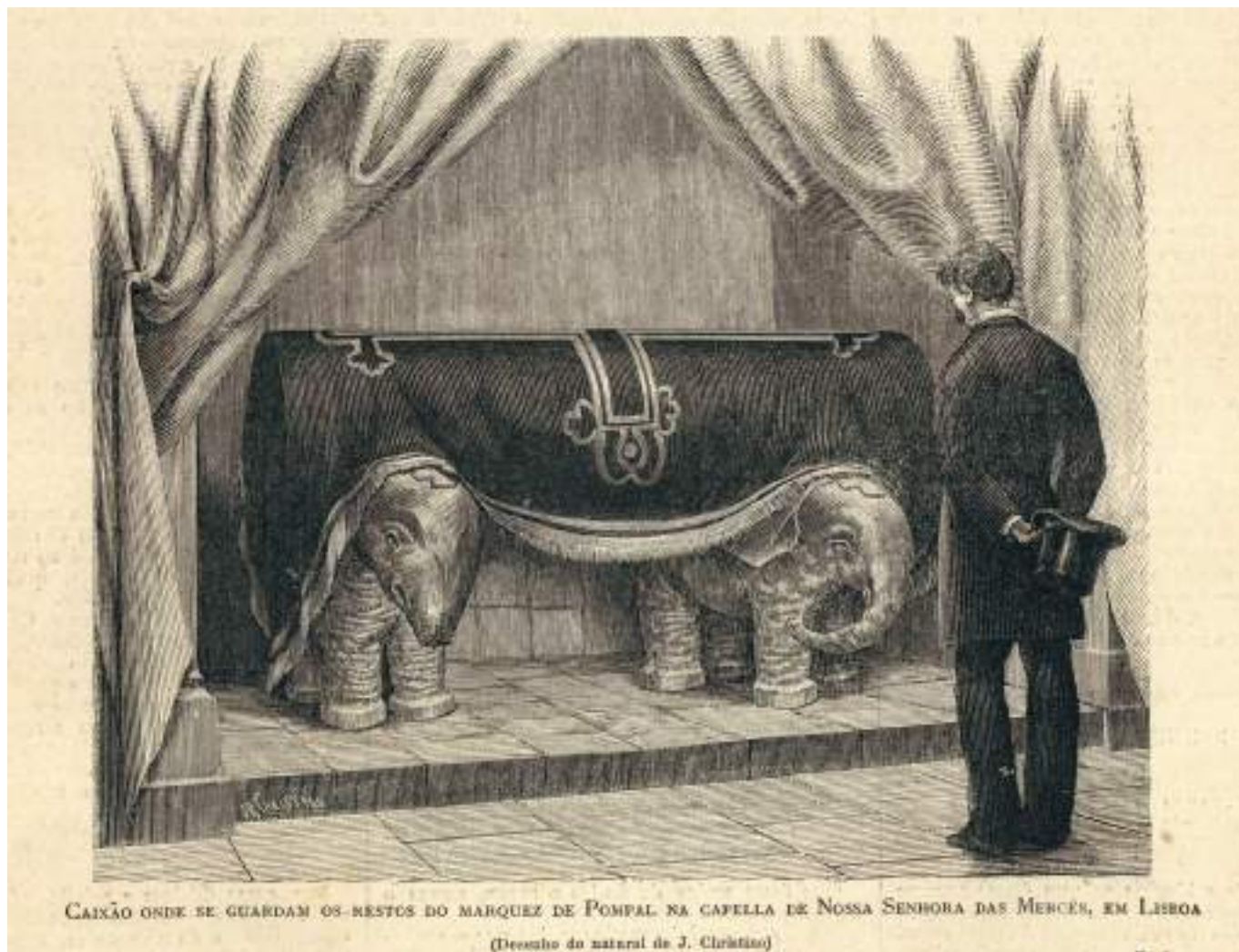


Fig. 2 – João Ribeiro Christino da Silva (1858-1948). Túmulo com os restos mortais do Marquês de Pombal na Igreja das Mercês, em Lisboa (*O Occidente*, 1882: 112).

Menos de duas décadas depois, terminou-se, finalmente, o Arco da Rua Augusta, no qual o Marquês ocupa lugar de destaque, surgindo pela primeira vez em estatuária pública de vulto.¹⁷ Diante do alçado principal do arco, um mediano conhecedor da História de Lisboa

não deixa de achar estranha a associação dos quatro «heróis nacionais» ali representados: Viriato, Nuno Álvares Pereira, Vasco da Gama e Pombal. A estas quatro figuras, distanciadas entre si no tempo e nos ideais de «portugalidade» que evocam, associam-se ainda as esculturas alegóricas dos rios Tejo e Douro.¹⁸ Estas últimas personificações aquáticas são compreensíveis num monumento mandado

¹⁷ O monumento foi inaugurado em 1873, no dia 29 de abril, data particularmente cara ao regime monárquico constitucional, uma vez que evocava o dia em que D. Pedro IV havia concedido a Carta Constitucional aos Portugueses (29 de abril de 1826). À conclusão do Arco da Rua Augusta, todavia, não foi dedicada qualquer cerimónia.

¹⁸ Fora do ciclo comemorativo historicista nacional, deve inscrever-se o grupo escultórico que coroa o monumento. Composto por três figuras – a Glória coroando o Valor e o Génio –, é da autoria de Anatole Calmels e autonomiza-se dos grupos iconográficos inferiores.

fazer pela monarquia constitucional, regime que resultou da união de sublevações militares ocorridas no Porto e em Lisboa, em 1820. Já a escolha das outras figuras revelou-se um processo recheado de anacronismos históricos.¹⁹

Em 1853, quando já decorriam obras no monumento (parado desde 1815, por altura das colunas que haveriam de definir o arco, e não obstante uma primeira e tímida retoma em 1843), o arquiteto Paulo Ferreira da Costa propôs que se substituíssem as esculturas alegóricas aprovadas em 1845 por «estátuas de 4 grandes homens portugueses» e que se pudesse mesmo combinar estas imagens com mais dez estátuas, que poderiam ser construídas sobre os edifícios do Terreiro do Paço. A lista de personalidades históricas começava com o condestável Nuno Álvares Pereira e terminava com o Marquês de Pombal (Silva, 1997: 485), assim assumindo a figura de Sebastião José como o último (mais recente) grande herói nacional. O projeto foi, entretanto, simplificado pelo escultor Vítor Bastos – autor das obras finais, entre 1862 e 1873,

possivelmente a partir de uma remodelação do projeto aprovada em 1861 (França, 1966: 327) –, o qual manteve as alegorias ao Tejo e ao Douro e somente quatro estátuas mais, tendo-se acrescentado Viriato ao rol dos heróis da História lusa. No entanto, ainda em 1872, dez anos depois da contratação de Vítor Bastos, ainda se discutia quais as estátuas que deviam constar do grupo. O assunto foi mesmo discutido na Academia Real das Ciências, tendo sido produzido parecer por parte de José Maria Latino Coelho. Entre várias considerações então expostas, concluiu-se que a integração de Pombal neste grupo era fundamental, porque a Praça do Comércio era «porventura a mais grandiosa e monumental de quantas edificações deve o reino e a cidade de Lisboa á energia perseverante e illustrada do marquez de Pombal na sua larga e civilisadora administração» (Coelho, 1872: 33).

Os méritos (ou deméritos) artísticos da solução encontrada foram já objeto de crítica, alguma bem próxima da execução do monumento.²⁰ Vítor Bastos estava num momento marcante

¹⁹ Lima (1872: 175) criticou a normal opção na escultura pública da época de «enfeixar guerreiros com poetas e estes com estadistas ou com descobridores», anacronismo que, no caso do Arco da Rua Augusta, apresentava «Viriato quasi de braço dado com o marquez de Pombal». Uns meses antes, a Academia das Ciências havia também desaconselhado a presença de Viriato e de Vasco da Gama no monumento: o primeiro por não se poder comparar com o Marquês de Pombal; o segundo por não poder ter lugar secundário em qualquer memória do país (Coelho, 1872: 33).

²⁰ Guimarães (1874: 175) criticou sobretudo a arquitetura desconforme com os projetos pombalinos de Eugénio dos Santos ou Carlos Mardel: «O grupo é uma obra de esculptura de relevante merito; as estatuas também merecem louvor»; mas o resultado final «será padrão eterno do mau gosto artistico d'esta época». Em 1887, o autor anónimo que comentou a fotografia do Arco da Rua Augusta enviada por Francesco Rocchini para a revista *A Illustração* seguiu a mesma avaliação, elogiando o trabalho de Calmels e Bastos, mas criticando o resultado final: «se o *facies* architectonico do arco, desde a base até ao fecho (risco primitivo), é d'uma correcção e elegancia de linhas admiravel, do fecho para cima, é horrorosamente pesado e trivial aquelle enorme cubasamento d'onde o escudo nacional

da sua carreira, recém-admitido como professor na Academia de Belas Artes e ainda envolvido na execução do monumento a Camões. No Arco da Rua Augusta, conformou-se com a subordinação da escultura à arquitetura, posição subalterna contra a qual tantas vezes se insurgira. No entanto, a sua qualidade está bem vincada no retrato psicológico que fez de cada figura: Nuno Álvares Pereira é um soldado celeste, combatente numa dimensão supra-terrena; Vasco da Gama concentra-se no mapa da Índia, para o qual aponta; Viriato é um guerreiro decidido, na plenitude do seu vigor físico; e Pombal é um ser hirto, expressão do «carácter de político inflexível, severo e dominador» (Almeida, 2012: 267). Mais que os méritos de uma obra que acaba por ser academizante e padronizada, salienta-se a circunstância de, em plena segunda metade do século XIX, na hora de celebrar a História de Portugal (não só a de Lisboa), o Marquês de Pombal ter sido uma das quatro figuras escolhidas.

A 8 de maio de 1882 assinalou-se o centenário do falecimento de Sebastião José de Carvalho e Melo. As comemorações realizadas em Lisboa durante três dias encheram as ruas de gente, enfeites, música e alegria.²¹ O evento foi preparado em escassos meses, uma vez que as primeiras intenções de assinalar a data ocorreram somente em janeiro daquele ano, tendo-se, no entanto, multiplicado as comissões organizadoras de várias atividades nos meses seguintes. Na capital, o ponto alto foi o cortejo histórico que percorreu as ruas da Baixa da cidade no dia 8 de maio. «Foi uma parada brilhante das nossas forças sociaes», uma manifestação de comunhão entre as mais de 200 corporações representadas no cortejo e o povo que as saudava à sua passagem (Lobato, 1882a: 114). Os primeiros grupos eram formados por estudantes de todo o país, assim fazendo justiça aos meios estudantis, onde a ideia de comemorar o centenário tinha primeiro surgido. Entre os muitos carros alegóricos que passaram pelas ruas de Lisboa estava um do senado municipal.

emerge amarfanhado por uma inextricável vegetação das épocas primitivas» («Arco triumphal...», 1887: 122). Para uma avaliação estilística recente, cf. Silva, 1997: 486.

²¹ «Por toda a parte festas; as ruas da baixa, essas ruas planeadas pelo marquez de Pombal depois do terramoto estão completamente transformadas; as bandeiras tremulam em mastros enfeitados com buxo, os arcos de gaz formam enormes tuneis de luz d'um effeito phantastico, os coretos para musicas erguem-se a cada canto; a multidão acotevella-se n'uma animação estranha; [...] Lisboa prepara-se para uma grande solemnidade nacional, para uma grande festa de paz e de justiça, para o centenario do marquez de Pombal» (Lobato, 1882a: 106).



Fig. 3 – Carro alegórico de Lisboa no cortejo histórico comemorativo do primeiro centenário do falecimento do Marquês de Pombal. Projeto do arquiteto José Luiz Monteiro (1848-1942). (*O Occidente*, 1882: 141-142).

Concebido pelo arquiteto José Luís Monteiro, era composto por uma figura feminina que representava Lisboa (executada pelo escultor António Alberto Nunes), coroadada e entronizada sobre a Praça do Comércio, e exibindo uma coroa de louros, assim simbolicamente laureando um invisível Marquês de Pombal, reconstrutor da cidade («As nossas gravuras», 1882: 141-142).

As comemorações pombalinas de 1882 foram o mote para mais intervenções culturais na cidade e no país. No dia 9 de fevereiro, a vereação municipal votou favoravelmente uma proposta de transladação das ossadas para o Mosteiro de São Vicente de Fora, para que o «magestoso e austero caracter do Marquez» tivesse honra igual à dos duques da Terceira e de Saldanha (*Archivo...*, 1882: 61-62). Nessa mesma sessão, mencionou-se que um grupo de estudantes havia já solicitado à família a transladação dos restos mortais para o Mosteiro dos Jerónimos, o que não foi conseguido

por razões testamentárias. Era agora a vez do presidente da Câmara Municipal tentar uma outra via, o que não veio também a suceder. Melhores resultados foram conseguidos em relação à construção de um grandioso monumento em honra de Pombal. Às 12 horas do dia 8 de maio, na rotunda que coroa a Avenida da Liberdade, o rei D. Luís depositou a primeira pedra do futuro Monumento ao Marquês de Pombal, acompanhada de um cofre que continha moedas e o auto da cerimónia. Nessa altura, ainda não se sabia como seria tal monumento, mas o local começou a chamar-se Praça do Marquês do Pombal (Teixeira, 2003: 199),²² como já aparece na planta de Caldeira Pires, de 1898 (Museu de Lisboa, *Plan of Lisbon and its Harbour*) e como ainda hoje permanece. Naquele mesmo dia 8 de maio de 1882, à noite, o Teatro D. Maria II acolheu a peça *A sobrinha do Marquez*, de Almeida Garrett, e com cenário de Manini.²³ No dia seguinte, realizou-se cortejo fluvial até ao Palácio Pombal, em Oeiras, e ainda se registou nova manifestação pública dos estudantes de todo o país, convidados para as cerimónias. Foi também nesse ano que se iniciou a publicação da magna obra do arquivista municipal Eduardo Freire de Oliveira (1841-1916), inti-

tulada *Elementos para a História do Município de Lisboa* (Miranda, 2013: 34-35).

As comemorações de 82 estiveram na génese de obras tão diversas como a criação de uma escola industrial ou a realização de grandes pinturas de aparato por parte de destacados pintores da época, entre muitas outras manifestações públicas e privadas.

Um dos aspetos que mais relacionou os governos da Regeneração com Pombal foi a ideia de que o progresso nacional se media pelos índices de industrialização. Neste ponto, o liberalismo entendeu-se a si próprio como continuador dos primeiros processos de industrialização fomentados pelo antigo ministro de D. José, continuando e ampliando aquela ação inovadora. Em 1882, desfilou nas ruas de Lisboa um carro alegórico consagrado à Indústria. Em 1888, na Avenida da Liberdade, a «Exposição das Indústrias Fabris» reuniu mais de 1200 expositores e o sucesso do evento recordou a exposição comercial que o Marquês promovera mais de um século antes, em 1775, em plena Praça do Comércio (Agostinho, 2013: 92).

A mais perene materialização desta ideia residiu na antiga Escola Industrial Marquês

²² É possível que a primeira ideia de se edificar um monumento tenha surgido ainda em 1881, no *Boletim Oficial do Grande Oriente Lusitano Unido*, conforme indica Bebiano, 1982: 422.

²³ A peça, uma comédia em três atos, foi publicada em 1848 e evoca a importância de uma loja na renovada Rua Augusta, no final do reinado de D. José, quando se antecipa a caída em desgraça do Marquês de Pombal após o falecimento do monarca.

de Pombal (hoje parte da Escola Secundária Fonseca Benevides). O projeto foi concebido durante as comemorações do centenário e tomou forma em 1884, ano em que António Augusto Aguiar criou a primeira escola, dedicada ao ensino do desenho profissional. Em 1886, o ministro Emídio Navarro transformou a instituição em escola industrial, associando conteúdos pedagógicos de física, química industrial, mecânica ou geometria. O novo edifício, desenhado pelo arquiteto Luís Pedro d'Ávila (1832?-1905), então ao serviço do Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria (dados biográficos em Nunes, 2006), foi inaugurado em 1889 e, nos anos seguintes, reconheceu-se o sucesso da instituição, sendo mesmo caracterizada como a mais importante escola industrial do país («Escola industrial...», 1903: 107). Dotado de edifício autónomo para oficinas, a adequação do programa arquitetónico às exigências de uma prática pedagógica de índole técnica foi um dos argumentos invocados para o sucesso daquele estabelecimento nos primeiros anos de atividade, o qual formou muitos estudantes provenientes de sectores desfavorecidos da sociedade («Marques Leitão...», 1905: 202; Nunes, 2006: 191).

Em paralelo com as comemorações de 1882, a renovação dos Paços do Concelho de Lisboa, após a parcial destruição por um incêndio em novembro de 1863, reservou papel de relevo para o primeiro-ministro do rei D. José. A 23 de agosto de 1880, em sessão de Câmara, foi aprovado o parecer n.º 762 (datado de 20 de agosto), o qual recomendava que, para a sala principal do edifício (Salão Nobre), «o maior espaço de parede fosse ocupado por um quadro do seguinte assunto: “O marquez de Pombal, promovendo a reedificação da cidade de Lisboa, depois do terramoto de 1755”» (*Archivo...*, 1881: 255). O contrato data de 31 de maio de 1881, mas, ano e meio depois, o pintor ainda trabalhava no projeto (*O Occidente*, 1882: 211).²⁴ Em fevereiro de 1883, mês em que Miguel Ângelo Lupi morreu, a obra ficou inacabada, como se infere de uma nota de Pinheiro Chagas, escrita pouco depois do falecimento do pintor (Chagas, 1883: 86).²⁵ Foi a sua última obra e também aquela de pendor mais historicista, género que o autor perseguira, sem, contudo, deixar produção quantitativa relevante.

²⁴ «Este distinto artista está agora trabalhando por conta da camara municipal no grande quadro do *Marquez de Pombal reconstruindo Lisboa*, para uma das salas dos nossos paços do concelho» (*O Occidente*, 1882: 211). O artigo é assinado pela redação da revista.

²⁵ «A camara municipal de Lisboa encarregou-o de pintar um quadro em que mostrasse o marquez de Pombal planeando a reconstrução de Lisboa. Empenhou n'esse trabalho todas as suas faculdades, toda a sua atenção e todo o seu entusiasmo. Levára-o quasi ao cabo, pelo menos para o publico, porque para elle de certo, para a satisfação das suas aspirações, estaria muito longe ainda de achar perfeito» (Chagas, 1883: 86).



Fig. 4 – Miguel Ângelo Lupi, *O Marquez de Pombal, promovendo a reedificação da cidade de Lisboa, depois do terramoto de 1755* (óleo sobre tela), 1881-1883 (Museu de Lisboa, MC.PIN.0702).

Apesar da crítica negativa com que foi recebida – sobretudo pela padronização de modelos já longamente ensaiados pelo pintor, entre o Romantismo historicista e uma opção assumida pelo retrato, que veiculava empiricamente uma aproximação ao realismo –,²⁶ a obra teve grande impacto na época, sobretudo

nos meios lisboetas. A elegante, teatral e esclarecedora composição encontrada por Lupi, que reservava ao Marquês o lugar cimeiro de uma equipa altamente qualificada e preparada (a qual integrava o engenheiro-mor do reino, Manuel da Maia, o presidente da Junta de Comércio, Joaquim Inácio da Cruz Sobral, o presidente do senado municipal de Lisboa, Fernão Teles da Silva, Marquês de Alegrete, e ainda Pedro Henrique de Bragança, 1.º duque de Lafões e representante da Casa Real no grupo), circulou através de uma gravura de António Nunes Júnior (1840-1905), a mesma que foi agraciada com o primeiro prémio na 14.ª exposição da Sociedade Promotora de Bellas Artes (Museu de Lisboa, MC.GRA.1576). A relação psicológica entre as figuras é forte, especialmente entre os dois marqueses (Pombal e Alegrete), as únicas figuras que se encontram sentadas (Pamplona, 1948: 71), sentindo-se o momento da decisão pelo projeto ambicioso de Manuel da Maia, ou o momento em que Alegrete, resignado, aceita o único plano possível: o de Pombal.

Durante a execução da pintura, Lupi estabeleceu atelier nos Paços do Concelho e admitiu realizar 24 estudos,²⁷ número que impressiona, mas que se justificava, não só pela ambição

²⁶ Escassos meses após o falecimento de Lupi, em *Resenha Noticiosa* (1883: 167), o quadro era descrito como «secco» e «falto da poesia que anima por metade as obras de arte». Sobre as questões estilísticas entre Romantismo e Realismo, veja-se França (1966: 445-446) e Tavares (2002: 15-16).

²⁷ Pamplona (1948: 167-170) situa a transferência do atelier para os Paços do Concelho em finais de 1880 ou inícios de 1881 e confirma que foram realizados 24 estudos, dos quais 17 foram expostos na exposição póstuma de 1883.

da encomenda municipal, como também pelo cultivo exemplar e academizante do processo criativo, uma das marcas do pintor. Do trabalho realizado ao longo de mais de um ano, conhecem-se cinco estudos preparatórios, três dos quais de composição (Silveira e Tavares, 2002: 178-183).²⁸ Um destes (Museu de Lisboa, MC.PIN.0277) é particularmente importante, pois está datado de 1881, e sabe-se que se trata do esboço que foi apresentado à Câmara Municipal antes de 11 de maio daquele ano (Pamplona, 1948: 169). O executivo municipal aceitou o projeto e estabeleceu o preço de 4000\$000 réis (a liquidar em três prestações) e o prazo de execução de ano e meio, podendo este, no entanto, ser prolongado por motivo atendível.

Não foi esta a única realização pictórica de final de século sobre a figura de Pombal. Em 1891, um ainda jovem José Malhoa realizou

uma grande e ambiciosa produção historicista intitulada *o Último interrogatório do Marquês de Pombal*, pintura que evoca um facto ocorrido em janeiro de 1780, através do qual Pombal pediu perdão à rainha D. Maria I pelos desmandos verificados durante o seu governo.²⁹ A cena é dramática, escura, e revela um Marquês doente, acompanhado pelas filhas e pela mulher, chorosas, que se solidarizam com o antigo ministro de D. José na velhice e no seu legado. A luz recai sobre este quadro familiar de tristeza, enquanto os juízes adotam uma atitude distante e severa. O quadro, no qual o autor trabalhava desde 1890, pois conhece-se um estudo para o retrato do Marquês (Saldanha, 2006: 59 e 343),³⁰ foi exposto no Grémio Artístico em 1892 e mereceu uma crítica demolidora por parte de Fialho de Almeida – que, curiosamente, aproveitou o ensejo para criticar, também, o quadro de Lupi para a Câmara de Lisboa.³¹ Almeida condenou sobretudo o

²⁸ Dois estudos mais embrionários são particularmente relevantes para entender o processo criativo do pintor: ambos se limitam às linhas de força do projeto, mas um contém estudos de comportamento cromático (exemplar que pertenceu à coleção de Anselmo Braancamp Freire), enquanto outro se dedica a compreender a relação dialogante entre as figuras, através da marcação da silhueta no espaço (óleo sobre tela que faz parte do acervo da Casa-Museu Teixeira Lopes, em Vila Nova de Gaia). Um terceiro estudo, mais desenvolvido, realça já a composição praticamente final e harmónica de figuras dispostas numa cena de interior: o Marquês, mais iluminado e ao centro, recolhe a atenção das restantes quatro figuras, dispostas em pares, à direita e à esquerda do estadista (Museu de Lisboa, MC.PIN.0277). Conhecem-se ainda dois outros estudos de pormenor: o duque de Lafões, sentado, e um retrato a lápis do Marquês (ambos pertença do Museu Nacional de Arte Contemporânea).

²⁹ Martins (1939: 230) retratou assim o episódio: «Sucumbira ao ver-se abandonado pelos que julgava amigos [...]. Não havia mais que fazer junto dele. Os magistrados tinham-no abatido. Era uma ruína. Restava apenas um fantasma da sua onnipotência».

³⁰ Malhoa já havia pintado um medalhão com o retrato do Marquês para o Supremo Tribunal de Justiça de Lisboa (1883), mas, influenciado pelas comemorações de 1882, decidiu-se a conceber uma obra magna. O autor haveria ainda de realizar dois estudos na cidade de Pombal (*Uma rua em Pombal* e *a Casa do Marquês de Pombal*, ambos em 1913) (Saldanha, 2006: 139-140).

³¹ «O seu [Malhoa] Marquês de Pombal é velho chéché de trajos peralvilhos [...] e gestos tão vazios, pose tão neutra, que nessa decadência não há um só traço revelador da alma d'excepção [...]. Além do que, Malhoa tem por companheiro d'infortúnio, o extinto

falhanço do/s pintor/es em alcançar a magnificência de uma figura histórica extraordinária, exibindo-a num teatro romântico sem alma, em que apenas o retrato se aproximava do realismo.³² Foi pelo carácter menosprezador da figura de Pombal que a obra foi criticada: por ferir a dignidade do povo português e por constituir um exercício inútil, na medida em que nenhum edifício público iria expô-la, uma vez que retratava Pombal na sua hora mais negra, conformado com a injustiça de que havia sido alvo por parte da rainha D. Maria I.³³

3. A 1.ª República e a desconfortável gestão da memória de Pombal

Desde 1908 que a Câmara Municipal de Lisboa pugnava pela conclusão do Monumento ao Marquês de Pombal.³⁴ Os trabalhos tinham sido suspensos pouco depois do lançamento da primeira pedra, sem projeto nem financiamento. O Estado ainda forneceu o bronze para a estátua, mas o assunto foi-se arrastando até

ao final do regime, em comissões gestoras e subscrições públicas mal-sucedidas (Carvalho, 2003: 189).

Só em 1913 se lançou um concurso que teve maiores consequências. Dos 14 projetos apresentados, 4 foram aprovados por um júri encabeçado pelo arquiteto José Luís Monteiro, tendo sido atribuído o primeiro prémio ao grande pedestal concebido pelos arquitetos Adães Bermudes e António do Couto, o qual era encimado por uma gigantesca estátua do Marquês, idealizada pelo escultor Francisco dos Santos. Na revista *O Occidente*, de 20 de abril de 1914, o autor anónimo que descreveu estes projetos salientou a dificuldade e a subjetividade de um monumento que deveria sintetizar uma figura ímpar da nossa História coletiva, o «restaurador, não só de Lisboa, mas de uma nacionalidade» («O concurso...», 1914: 125).³⁵

Lupi, cujo quadro da Câmara [...] não é superior como sonho histórico, à grande tela que a Pombaleida acaba de lhe dar» (Almeida, 1892: 214).

³² Para um melhor entendimento das opiniões acerca do quadro e do contexto produtivo em que foi criado, cf. França (1966: 286-287) e Saldanha (2006: 345).

³³ «É extraordinario que um artista portuguez do nosso tempo escolhesse um tal thema para um tal quadro, não é verdade? É-me impossivel imaginar por que ordem de ideias o sr. Malhõa foi levado a representar o grande homem exactamente na scena da sua mais completa desgraça, no acto mais deprimente da sua vida» (Sincero, 1892: 91).

³⁴ A 3 de dezembro de 1908, escassos três dias após a tomada de posse da primeira vereação republicana da autarquia e numa sessão marcada por questões de autonomia municipal e pela racionalização de despesas da Câmara da capital, uma das muitas propostas de Luiz Filipe da Matta que mereceram o aplauso geral da vereação, embora alguma cautela financeira por parte do vereador Miranda do Valle, foi a seguinte: «Que se coopere insistentemente para o monumento ao reedificador da cidade de Lisboa, o grande estadista Marquez de Pombal» (*Actas...*, s.d.: 397).

³⁵ Na Memória que acompanhou a proposta, Adães Bermudes esclarece a perspetiva do projeto vencedor: «O nosso projeto de monumento visa a representar o Marquês de Pombal na sua complexa figura de genial estadista, de reformador audaciosissimo, de emancipador da consciencia e vontade nacionaes, de assombroso precursor da moderna civilização».

Escolhido o projeto, nem por isso as obras decorreram com maior celeridade. A História do monumento tem, até, a inusual circunstância de o mesmo Presidente da República ter simbolicamente depositado a primeira pedra em duas ocasiões distintas, separadas entre si por sete anos. A primeira ocorreu a 12 de agosto de 1917, dia em que Bernardino Machado, acompanhado pelo presidente do senado municipal, Costa Gomes, e perante uma «multidão compacta, mal contida pelos cordões da polícia» («Lançou-se...», 1917: 1), depositou no subsolo a primeira pedra do empreendimento. A revista *Ilustração* cobriu este momento, publicando mesmo uma fotografia de trabalhadores municipais a abrir caboucos em banda para os alicerces do monumento («Monumento...», 1917: 144). Mais descritiva foi a notícia d'*A Capital*, que resumiu a História recente do projeto e transcreveu os discursos de Magalhães Lima e de Bernardino Machado, tendo este último estabelecido uma genealogia política que ligava a República ao ministro de D. José («Lançou-se...», 1917: 2).³⁶

Bernardino Machado, cujo primeiro mandato presidencial foi interrompido pelo golpe de Sidónio Pais, não haveria também de cumprir o segundo, extinta que foi a 1.^a República pela revolução de 28 de maio de 1926. A escassos meses de ser deposto, lançou, pela segunda

vez, a primeira pedra do monumento a Pombal, em cerimónia realizada no dia 13 de maio.



Fig. 5 – Segunda deposição da primeira pedra do Monumento ao Marquês de Pombal pelo Presidente da República Bernardino Machado, 13 de maio de 1926 (*Ilustração*, 1926: 5).

Era o primeiro ano em que o feriado municipal lisboeta coincidia com o aniversário do Marquês, e a cerimónia teve honras de capa na revista *Ilustração*. Na *Capital*, em artigo consagrado ao «dia da cidade», um texto não assinado salientou a multidão que se reuniu na praça, muito antes da chegada do Presidente da República («O Monumento...», 1926: 2; *Ilustração*, 1926: 5).

³⁶ «O que vimos celebrar, é a obra reformadora que Pombal construi possentemente com as próprias forças vivas do povo portuguez [...] e essa perdurou até nós, consolidada e engrandecida em cada nova phase de ressurgimento nacional, tanto em 1820, como em 1910» («Lançou-se...», 1917: 2).

Haveriam ainda de passar oito anos até o monumento ser concluído e inaugurado, a 13 de maio de 1934, já em pleno Estado Novo e na última vez que o feriado municipal lisboeta foi celebrado naquele dia. Através do então ministro das Obras Públicas, Duarte Pacheco, concluía-se formalmente «uma ideia com quase oitenta anos e um projecto com quarenta» (Carvalho, 2003: 190).³⁷ Pombal ganhava a sua memória mais perene na cidade que parcialmente reconstruíra, ainda que a História do monumento esteja em grande parte por fazer, tal a quantidade de informação reunida e arquivada pela última comissão administrativa.³⁸ Para a sua realização certamente contribuiu o imposto postal criado em 1925, pago através da emissão filatélica de uma série de selos com três desenhos: a efígie do Marquês de Pombal; o plano de reconstrução de Lisboa (elaborado a partir do quadro de Miguel Ângelo Lupi de 1881-83); uma imagem do monumento que estava a ser erguido na rotunda. O assunto foi tratado com grande destaque pela comissão executiva do monumento, em documentação que permanece inédita. Uma primeira abordagem ao tema dá conta do relativo fracasso da iniciativa numa primeira fase (1925), desproporcionada na quantidade de selos emi-

tidos para tão fraco acolhimento por parte do público filatélico, o que resultou na devolução à Casa da Moeda de milhões de selos (Soeiro, 2009). O volume em armazém foi tão grande, que os selos desta emissão continuaram a circular até 1934.

Outras manifestações do culto histórico ao Marquês aconteceram em paralelo com a construção do monumento. Uma delas foi a transladação definitiva das suas ossadas para a Igreja da Memória, templo mandado construir por D. José, em agradecimento pela sobrevivência após a tentativa de regicídio de 1759. Em 1882, ponderara-se a deposição dos restos mortais no Mosteiro dos Jerónimos, o que não veio a suceder,³⁹ ou no Mosteiro de São Vicente de Fora, o que também não aconteceu. Em 1923, por iniciativa da Associação da Extinção das Congregações Religiosas, consumou-se a transladação para a Igreja da Memória. A deposição dos restos mortais de Pombal, a 13 de maio de 1923, foi o ponto terminal de dois dias de tributo à memória do estadista. No dia anterior, após missa na Capela das Mercês, a urna que continha as suas ossadas foi levada para o átrio dos Paços do Concelho, onde esteve exposta para veneração pública, tendo aí

³⁷ Um artigo no *Diário de Lisboa* («O pagamento...», 1934: 4-5) descreveu os acontecimentos desse dia, a formal entrega do monumento à cidade de Lisboa e o descerramento da lápide comemorativa.

³⁸ O processo administrativo encontra-se no Museu de Lisboa, neste momento em fase de inventariação.

³⁹ J.B. (1882: 111) esclareceu que uma comissão académica constituída em 1882 havia obtido autorização do então Marquês de Pombal para a transladação das ossadas para o Mosteiro dos Jerónimos. O mesmo autor informou que, «depois não sabemos por que escrúpulos de consciência, negou [o Marquês] essa auctorisação».

concorrido «inúmeras pessoas [...] sobretudo [...] livres-pensadores» («A trasladação...», 1923: 5). O cortejo do dia seguinte foi noticiado em vários órgãos de informação e, mesmo considerando-se forçada a relação do secretário de D. José com aquele templo,⁴⁰ a cerimónia foi assumida pelo governo republicano como matéria de Estado, razão pela qual não recebeu qualquer cunho religioso.⁴¹

A Igreja da Memória foi classificada como monumento nacional nesse mesmo ano (Decreto n.º 8627, de 8 de fevereiro de 1923). Desde essa altura, o templo acolheu uma romagem cívica, realizada a 13 de maio de cada ano e protagonizada por elementos da comissão executiva de construção do monumento. Quase 100 anos depois, num novo 13 de maio (de 2019), o templo acolheu a assinatura formal do projeto *Pombal Global* (Pereira, 2019), cerimónia que consagrava a igreja como o mais inequívoco espaço de memória do ministro de D. José na capital.

1923 e 1926 foram, assim, anos cruciais para a codificação da memória de Pombal em Lisboa.

Se a trasladação assegurava ao estadista um destino consensual e prestigiante, mais público do que a Capela das Mercês e mais associado ao monarca que serviu, por outro lado, a inauguração do monumento na Rotunda era o ponto final de uma longa ambição: a de juntar, numa mesma linha imaginária acima das ruas de Lisboa, o rei D. José (no antigo Terreiro do Paço) e o seu secretário de maior fama, a quem se devia a reconstrução da Baixa da cidade após o terramoto de 1755 (na Praça Marquês de Pombal).

Uma derradeira afirmação de Pombal nesta época de transição entre repúblicas foi da autoria de Francisco José da Rocha Martins (1879-1952), olisipógrafo na fronteira entre os ofícios de historiador e de jornalista. Grande parte da sua obra pode considerar-se de divulgação histórica, ou mesmo de «jornalismo histórico», género literário cuja designação decerto lhe agradaria (Baptista, 2004: 13).⁴² Na sua vasta carreira, umbilicalmente ligada à 1.ª República (mesmo que possa ter tido origens monárquicas),⁴³ a figura do Marquês teve

⁴⁰ No «Editorial» do referido *Diário de Lisboa* (p. 1), lê-se que «O facto de o trasladarem para a igreja da Memória é o mesmo que torná-lo prisioneiro e vítima da parte menos feliz e menos simpática da sua obra», certamente aludindo ao processo dos Távoras e à expulsão dos Jesuítas, atos que Pombal empreendeu após a tentativa de assassinato do monarca. No entanto, o mesmo editorial afirma que «Sabemos que ele não foi um amigo da liberdade, visto que serviu o absolutismo», mas, «descontadas as revoltantes crueldades que cometeu para governar sem oposição, animou-o o ardente desejo de fazer de Portugal um grande país».

⁴¹ Em sessão parlamentar realizada a 11 de maio de 1923, a minoria monárquica criticou o «carácter maçónico» da cerimónia, porque a comissão promotora da homenagem era presidida por Magalhães Lima (cf. «A tarde parlamentar...», 1923: 8).

⁴² Magalhães (2015) insere o autor numa «tradição jornalística e cronística oitocentista», ainda com forte sentido neorromântico.

⁴³ Consiglieri (2004: 7-9) traçou um esboço biográfico que parece revelar a decidida adesão do autor aos ideais culturais da 1.ª República. Foi eleito deputado em 1918, pelas listas monárquicas, e vereador da Câmara Municipal de Lisboa em 1922 (Relvas, 2014: 328).

lugar de destaque, embora a principal obra dedicada ao antigo secretário de Estado de D. José tenha surgido já numa fase tardia da sua produção (1939). Rocha Martins considerava Pombal um dos grandes vultos da História do nosso país, mas nem por isso a figura lhe motivou qualquer benevolência. Bem pelo contrário. Num artigo escrito a 8 de maio de 1927, o autor declarou que «Se Deus não perdoa a todos os pecadores, [...] a alma do ministro de D. José não subiu à Sua presença», para, de seguida, descrever os dois anos de agonia e os múltiplos sintomas da doença que o vitimou (Martins, 1927). Anos mais tarde, Rocha Martins passou em revista os últimos anos de vida do Marquês, desterrado em Pombal, acometido pela doença, envolto em dívidas e acochado pelos magistrados de D. Maria I. A figura de um ex-ministro todo-poderoso, caído em desgraça, velho, desistente, conformado com as acusações de um tribunal de duvidosa justiça, passou para a literatura, mas, sintomaticamente, não motivou já tanta polémica como aquela que, anos antes, havia sido gerada pela pintura de José Malhoa (1891).

Naquela década de 30, o Marquês de Pombal não detinha já a aura de herói do século precedente. Na imprensa dos anos 20 e 30 do século XX, é comum encontrarem-se comen-

tários a uma certa tirania desculpabilizante, pelo momento de crise que o país viveu a seguir a 1755, uma crueldade inevitável, ditada pela modernidade do seu governo, uma relativa ambivalência entre o antigo regime e um tempo esclarecido, ainda que déspota... Por essa razão, a inauguração de 1934 foi entendida como o pagamento de uma dívida de gratidão, algo justificado por opções do passado, mas já não do presente. Nos alvares da 2.^a República (que viria a dar origem ao Estado Novo), os heróis passaram a ser outros. Sintomaticamente, a 13 de maio de 1927, no próprio dia em que se evocava o Marquês de Pombal, o *Diário de Lisboa* destacava um conjunto alargado de iniciativas para 1930, que pretendiam comemorar o centenário da morte do condestável Nuno Álvares Pereira (Teixeira, 1927: 2). Discretamente, ou nem tanto assim, começavam a emergir outros heróis nacionais no ideário do regime e Pombal preparava-se para voltar à sombra.

Apesar de terem passado somente oito anos sobre o 13 de maio de 1926, data assumida pela Câmara Municipal e pela cidade para homenagear Pombal através de um feriado, o entendimento dos poderes públicos, em 1934, era já distinto. Em 1926, o feriado serviria à autarquia, mas também a outras instituições. Naquele dia, no Museu Arqueológico

Em 1936, foi um dos fundadores do Grupo Amigos de Lisboa, núcleo do qual progressivamente se afastou na década seguinte, com probabilidade por não concordar com alguma adesão do grupo ao Estado Novo. Ele próprio assinou uma série de artigos no jornal *A República*, que promoveu a oposição democrática ao regime de Salazar.

do Carmo, expôs-se a famosa *Maqueta do bombeiro*, então ainda na posse do seu construtor (o bombeiro Luiz Caetano de Sousa), e hoje pertença do Museu de Lisboa («A cidade de Ulisses...», 1926: 16). No ano seguinte, em ditadura militar e nos alvares de um novo regime, não houve registo de atividades assinaláveis. Nos anos subsequentes, à exceção de visitas mais ou menos formais ao estaleiro do monumento (como ocorreu a 13 de maio de 1930, dia em que o chefe de Estado ali se deslocou), o feriado municipal parece ter passado à margem das grandes celebrações cívicas. Em 1934, por proposta datada de 22 de março desse ano, ainda se atribuíram as medalhas de mérito municipal (grau ouro) aos historiadores Gustavo de Matos Sequeira e Augusto Vieira da Silva e ao pintor Roque Gameiro, mas terá sido essa a última grande cerimónia municipal ocorrida a 13 de maio («A cidade de Lisboa...», 1934). Ao mesmo tempo que o regime mudava de heróis, também a cidade escolhia novo feriado. Consagrava-se o 25 de outubro e sediavam-se as festividades de junho, cuja primeira edição ocorreu também em 1934.

A última representação artística pública assinalável do Marquês parece ter ocorrido em 1958, ano em que Almada Negreiros realizou os painéis da entrada da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa. Na genealogia da História do Direito que aí se pretendeu representar, Pombal é acompanhado por célebres nomes da legislação portuguesa e foi-lhe atribuída a divisa *Lei da boa razão*, certamente

em referência ao seu espírito esclarecido e ao tempo iluminista em que viveu. Terá sido esta a exceção numa valorização cada vez mais secundária de Pombal. Durante grande parte das 2.^a e 3.^a Repúblicas, a figura despótica do antigo ministro providencial de D. José foi relegada para as páginas do debate ideológico histórico. Só muito recentemente, a partir de 1998, é que Lisboa voltou a reencontrar-se com Pombal, ao mudar o nome da estação de Metro na Praça Marquês de Pombal (de Rotunda para Marquês) e encomendando-se aos artistas Maria Menez e João Cutileiro a decoração azulejar da nova estação. Lisboa e o Marquês são assim: duas entidades que periodicamente se encontram.

Bibliografia

Manuscrita

Arquivo Municipal de Lisboa, Chancelaria da Cidade, Conferência de 12 de maio de 1826, *Livro de atas da Junta da Fazenda*, fl. 4;

Arquivo Municipal de Lisboa, *Registo da relação da despesa efetuada pelo Senado da Câmara de Lisboa com as luminárias do dia 13 de maio de 1822*;

Arquivo Municipal de Lisboa, *Registo da relação da despesa efetuada pelo Senado da Câmara de Lisboa com luminárias nos dias 10, 11, 13 e 14 de maio de 1824*;

Reunião da Ex.^{ma} Câmara. (1953, 21 de maio). *Acta n.º 197*;

Reunião da Ex.^{ma} Câmara. (1852, 14 de abril). *Acta n.º 184*.

Impressa

A cidade de Lisboa e os seus escritores e artistas. (1934). *Anais das Bibliotecas, Museus e Arquivo Histórico Municipal*, **13**: 30-37;

- A cidade de Ulisses e de Pombal. Um curioso trabalho topográfico. (1926). *Ilustração*, **10**: 16;
- A tarde parlamentar. Os ossos do Marquez de Pombal. (1923, 11 de maio). *Diário de Lisboa*, p. 8;
- Atrasladação. Os restos do Marquez de Pombal estão expostos na Camara Municipal. (1923, 12 de maio). *Diário de Lisboa*, p. 5;
- Actas das Sessões da Comissão Executiva. Ano de 1926.* (1927). Imprensa Municipal. Lisboa;
- Actas das Sessões da Comissão Administrativa do Município de Lisboa.* (s.d.). CML. Lisboa;
- Agostinho, S. (2013). *A herança industrial de Lisboa: O rio e os novos desafios funcionais*. Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitetura, Universidade Lusíada. Lisboa. 463 pp.;
- Almeida, F. de (1892). *Os gatos*. Casa Editora Alcino Aranha e C.^a. Porto. Vol. V;
- Almeida, S.V. de (2012). *Forma e conceito na escultura de Oitocentos*. Dissertação de Doutoramento em História da Arte Contemporânea, Universidade Nova de Lisboa. Lisboa. 2 Vols. 523 pp.;
- Archivo Municipal de Lisboa* (1881). CML. Lisboa;
- Archivo Municipal de Lisboa* (1882). CML. Lisboa;
- Arco Triumfal da Praça do Commercio. (1887). *A Ilustração*, **8**: 122;
- As nossas gravuras. Carros da procissão cívica de Lisboa no centenário do Marquez de Pombal. (1882). *O Occidente*, **5** (126): 141-142;
- Baptista, J.R. (2004). Preâmbulo. Em: Martins, R. *Episódios históricos*. Sete Caminhos. Lisboa;
- Bebiano, R. (1982). O 1.^o centenário pombalino. Contributo para a sua compreensão histórica. *Revista de História das Ideias*, **4** (2): 381-428;
- Boletim da Câmara Municipal de Lisboa.* (1934). **8** (416). CML. Lisboa;
- Carro alegórico de Lisboa no cortejo histórico comemorativo do primeiro centenário do falecimento do Marquez de Pombal. Projeto do arquiteto José Luiz Monteiro. (1882). *O Occidente*, **5** (126): 141-142;
- Carvalho, G. (2003). Marquês de Pombal – Uma rotunda, uma praça, um lugar de memória(s). *Camões. Revista de Letras e Culturas Lusófonas*, **15-16**: 187-196;
- Chagas, P. (1883). Miguel Ângelo Lupi III. *O Occidente*, **6** (155): 86;
- Christino da Silva, J.R. (1882). Túmulo com os restos mortais do Marquês de Pombal na Igreja das Mercês, em Lisboa. *O Occidente*, **5** (122): 112;
- Coelho, J.M.L. (1872). As estatuas para o arco da Rua da Augusta. *Artes e Letras* (março): 33;
- Consiglieri, C. (2004). Prefácio. Em: Martins, R. *Episódios históricos*. Sete Caminhos. Lisboa;
- Decreto n.º 8627 de 8 de fevereiro de 1923. Z.E.P., *Diário do Governo*, 2.^a Série, n.º 163 de 14-07-1960;
- Diário das Cortes Geraes e Extraordinarias da Nação Portuguesa.* (1822, 10 de maio), n.º 9. Lisboa;
- Editorial. (1923, 12 de maio). *Diário de Lisboa*, p. 1;
- Escola industrial Marquez de Pombal. (1903). *Brasil – Portugal*, **104**: 107;
- Faria, M.F. de (2012). A estátua equestre. Em: Faria, M.F. de (coord.). *Absentia principis e o rei escondido. Do Terreiro do Paço à Praça do Comércio. História de um espaço urbano*. Imprensa Nacional-Casa da Moeda/Universidade Autónoma de Lisboa. Lisboa;
- França, J.-A. (1966). *A arte em Portugal no século XIX*. Bertrand. Lisboa. Vol. 1;
- Franco, J.E. (2009). Massacres ou martírios do Marquês de Pombal? Memória e mito. *Revista Lusófona de Ciências da Religião*, **8** (15): 283-301;
- Gramoza, J.P.F. (1882). *Successos de Portugal. Memórias históricas políticas e civis*. Typographia do Diário da Manhã. Lisboa. Vol. 1;

- Guimarães, J.R. (1874). A Praça do Commercio e o arco da Rua Augusta. *Artes e Letras*, **11**: 175; *Ilustração*. (1926), n.º 10;
- J.B. (1882). O 1.º Marquez de Pombal. Exílio e morte. *O Occidente*, **5** (122): 110-111;
- Lançou-se hoje a primeira pedra do Monumento ao Marquez de Pombal. (1917, 12 de agosto). *A Capital*, p. 1;
- Decreto Lei n.º 1783 de 25 de maio. *Diário do Governo*, n.º 114/1925, Série I de 1925-05-25, p. 575;
- Lima, R. de (1872). Chronica do mez. *Artes e Letras* (novembro): 175;
- Lobato, G. (1882a). Chronica Occidental. O centenario. *O Occidente*, **5** (122): 106;
- Lobato, G. (1882b). Chronica Occidental. *O Occidente*, **5** (123): 114;
- Marques Leitão e a Escola Industrial Marquez de Pombal. (1905). *O Occidente*, **28** (962): 202;
- Martins, F. da R. (1923) O Marquez de Pombal e a sua amizade com os Jesuítas. *Fantoches*, **10**: 1-4;
- Martins, F. da R. (1927, 9 de maio). Os sofrimentos de Pombal e os das suas vítimas. *Diário de Notícias*;
- Martins, F. da R. (1939). *O Marquês de Pombal desterrado, 1777-1782*. Empresa Nacional de Publicidade. Lisboa;
- Mega, R. (2006). Francisco dos Santos: Para além do monumento ao Marquês de Pombal. *Arte Teoria*, **8**: 110-135;
- Mesquita, J.C. de V. e C. (1997). *A ilustração nas publicações periódicas portuguesas (1820-1850)*. Dissertação de Mestrado em História da Arte, Faculdade de Letras da Universidade do Porto. 2 vols. 525 pp.;
- Milheiro, M. M. (2003). Festa, pompa e ritual: A aclamação de D. Maria I. *Actas do 2.º Congresso Internacional sobre Barroco*. Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Porto. pp. 571-578;
- Miranda, A. (2013). *Elementos para a História de Lisboa*. Eduardo Freire de Oliveira. *Rossio*, **1**: 34-35;
- Monumento ao Marquez de Pombal. (1917). *Ilustração Portuguesa*, **600**, 2.ª série: 144;
- Museu de Lisboa, MC.GRA.0991, *Plan of Lisbon and its Harbour*, 1898;
- Museu de Lisboa, MC.GRA.2190.02, Maurício do Carmo Sendim, *Alegoria ao Marquês de Pombal: Lísia apresenta às quatro partes do mundo a efígie de Sebastião José de Carvalho e Melo* (litografia), 1838;
- Museu de Lisboa, MC.PIN.0702, Miguel Ângelo Lupi, *O Marquez de Pombal, promovendo a reedificação da cidade de Lisboa, depois do terramoto de 1755* (óleo sobre tela), 1881-1883;
- Nunes, M. de F. (1988). *O liberalismo português: Ideários e ciências. O universo de Marino Miguel Franzini (1800-1860)*. Instituto Nacional de Investigação Científica. Lisboa;
- Nunes, M.H.S. (2006). *O engenheiro-militar e arquitecto Luís Caetano Pedro d'Ávila (183[2]?-1904). A condição profissional e as práticas do métier*. Dissertação de Doutoramento em Ciências da Arte – História da Arte, Faculdade de Belas Artes da Universidade de Lisboa. Lisboa. 2 vols. 514 pp.;
- O Occidente* (1882), **5** (135);
- O concurso para o monumento ao Marquês de Pombal. (1914). *O Occidente*, **37** (1271): 125;
- O Monumento ao Marquez de Pombal. (1926, 13 de maio). *A Capital*, p. 2;
- O pagamento duma divida de gratidão. A inauguração do monumento ao Marquês de Pombal. (1934, 13 de maio). *Diário de Lisboa*, pp. 4-5;
- Pamplona, F. de (1948). *Miguel Ângelo Lupi*. Ed. Lopes da Silva. Porto;
- Pedreira, J. e Costa, F.D. (2006). *D. João VI*. Círculo de Leitores. Lisboa;
- Pereira, G. (2019). Fazer História na Igreja da Memória. Em: *Res Publica: Caminhos e desca-*

minhos da cidadania brasileira. Universidade Estadual do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro;

Relvas, E. (2009-2010). A acção cultural da Câmara Municipal de Lisboa na Primeira República. *Cadernos do Arquivo Municipal de Lisboa*, **10**: 115-133;

Relvas, E. (2014). *Eleições Municipais em Lisboa na Primeira República (1910-1926)*. Dissertação de Doutoramento em História Contemporânea, Universidade Nova de Lisboa. Lisboa. 559 pp.;

Resenha Noticiosa (1883). *O Occidente*, **6** (165): 167;

Saldanha, N. (2006). *José Vital Branco Malhoa (1855-1933). O pintor, o mestre e a obra*. Dissertação de Doutoramento em História da Arte, Universidade Católica Portuguesa. Lisboa. 645 pp.;

Segunda deposição da primeira pedra do monumento ao Marquês de Pombal pelo Presidente da República Bernardino Machado, 13 de maio de 1926. (1926). *Ilustração*, **10**: 5;

Sequeira, G. de M. (1947). Biografia de Lisboa. Em: *Programa oficial das comemorações do VIII centenário da tomada de Lisboa*. CML. Lisboa;

Silva, R.H. da (1997). *Lisboa romântica. Urbanismo e arquitectura, 1777-1874*. Dissertação de Doutoramento em História da Arte, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Lisboa. 2 Vols. 1196 pp.;

Silveira, M. de A. e Tavares, C. A. (2002). *Miguel Ângelo Lupi*. Museu Nacional de Arte Contemporânea. Lisboa;

Sincero, J. (1892). A exposição de Bellas Artes do Gremio Artistico. *O Occidente*, **15** (480): 91;

Tavares, C.A. (2002). Miguel Lupi e a figura como condição da prática artística. *Miguel Ângelo Lupi*. Museu Nacional de Arte Contemporânea. Lisboa. pp. 10-25;

Teixeira, C. (1927, 13 de maio). Em 1930, o centenário do condestável D. Nuno Álvares Pereira. *Diário de Lisboa*, p. 2;

Teixeira, J. de M. (2003). Rotunda do Marquês: «a cidade em si não cabia já» ou a monumentalidade (im)possível. *Camões. Revista de Letras e Culturas Lusófonas*, **15-16**: 198-210;

Uma data histórica... Quando D. Afonso Henriques conquistou Lisboa aos mouros. (1934, 25 de outubro). *Diário de Lisboa*, p. 4;

Xavier, C. (2011). *Escritos em pedra e bronze. Os escultores na escultura pública de Lisboa*. Dissertação de Mestrado em Estudos de Escultura Pública, Universidade de Lisboa. Lisboa. 171 pp.;

Digital

Magalhães, J.R. (2015). Martins, Francisco José Rocha. Em: *Dicionário de historiadores portugueses – Da Academia Real das Ciências ao final do Estado Novo*. Universidade de Lisboa. Lisboa. Acedido em: www.dichp.bnportugal.pt;

Soeiro, J.M.L. (2009). Emissões Marquês de Pombal – 1925. *Clube Filatélico de Portugal*. Acedido a 11 de maio de 2023, em: www.cfportugal.pt.